

GEOGRAFIA E FAMÍLIA NA MOBILIDADE INTRAMETROPOLITANA¹

Isis do Mar Marques Martins

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: isis.marinha@gmail.com

Kamilly Antunes de Assis

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: kamillyantunes@gmail.com

Igor Robaina

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: igorobaina@gmail.com

RESUMO:

Este trabalho aborda alguns elementos teóricos sobre vulnerabilidade e segregação pela mobilidade residencial familiar nas regiões intrametropolitanas brasileiras a partir de um trabalho de campo feito na Região Metropolitana da Grande Vitória, no estado do Espírito Santo. Traremos inicialmente um debate acerca da família na Geografia, ainda muito pouco explorado no país; a questão da vulnerabilidade e as problemáticas imbricadas em práticas e discursos envolvendo as variáveis dessa abordagem; a questão da segregação espacial e os aspectos revelados em relação às cidades brasileiras; e os resultados obtidos em trabalho de campo inicial, pensando o papel dos agentes urbanos.

Palavras-chave: geografia da família, mobilidade intrametropolitana, segregação e vulnerabilidade.

GT – 10: Mobilidade, migração e espaço urbano

¹ Este artigo é resultado parcial do projeto de pesquisa “Dinâmica demográfica familiar e padrão migratório no Brasil: transformações desde os anos 1990” (CAPES/SNF). As opiniões, hipóteses e conclusões são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da CAPES.

INTRODUÇÃO

Quando pensamos em questões relacionadas à mobilidade intrametropolitana na Geografia, existe uma relativa lacuna a qual se refere a segregação socioespacial como elemento de análise. No entanto, tal fenômeno se constitui, ao mesmo tempo, como um produto e reflexo da produção do espaço urbano na cidade capitalista (LEFEBVRE, 1970; HARVEY, 1973; CASTELLS; 1974; LOKJINE, 1977) e mais especificamente, uma expressão da urbanização desigual para o caso brasileiro e latino-americano (SANTOS, 1982, SABATINI, 2003).

Para a migrante e o migrante – e aí englobando o residencial e os deslocados diários – enquanto morador da cidade, envolve estruturas que se cruzam e determinam uma condição contraditória no espaço, isto é, encontra espacialidades que se intercalam mutuamente. No contexto de urbanização de uma cidade considerada metrópole, os vínculos permitem, com o tempo, espriar a construção de outros espaços e outras cidadanias, que se reformulam conforme estratégias na cidade, isto é, o processo de construção política que possibilita seu cotidiano como morador do urbano, desde suas tristezas a suas alegrias. As contradições imbricadas formulam um estereótipo entre a mobilidade intrametropolitana, seja residencial ou pendular, de marginalidade e vulnerabilidade na cidade, sobretudo nas metrópoles (PERLMAN, 1977).

A complexidade dos debates sobre a família possui sentido na compreensão de que as relações no âmbito familiar são firmadas também em contextos socioculturais, políticos, econômicos e demográficos específicos e dinâmicos; congregando num sistema de alianças e parentesco negociações e acordos que perpassam as relações de gerações que produzem os significados desta instituição e que visam, sobretudo, a gestão da cotidianidade de seus membros (BILAC, 2003; GUTIÉRREZ CAPULÍN et al, 2016). As significações que são feitas sobre a família levam em conta, ainda, que cada membro possui experiências e narrativas que são delimitadas pelo papel que desempenham no grupo familiar (SARTI, 2004)

Há uma espacialização da gestão da cotidianidade que coloca o espaço doméstico enquanto lugar de produção e reprodução de normas sociais. Staszak (2001) aborda o espaço doméstico como “espelho no qual se vê estruturas e valores essenciais para uma determinada sociedade”, onde encontramos uma “imagem ou redução de estruturas que jogam em outras escalas espaciais” (p. 348-350). Nele, estão presentes como parte da estruturação da família e

formas de organização desse espaço as relações de gênero, normas sexuais, formas de produção econômica, relações com o meio ambiente, conflitos que revelam gostos e desgostos, ideologias entre outras questões.

Nesse sentido, o presente texto analisa as relações entre mobilidade e família na região metropolitana em escala Brasil. Em especial, em perspectiva da Região Metropolitana da Grande Vitória, no estado do Espírito Santo. Traremos inicialmente um debate acerca da família na Geografia, ainda muito pouco explorado no país; a questão da vulnerabilidade e as problemáticas imbricadas em práticas e discursos envolvendo as variáveis dessa abordagem; a questão da segregação espacial e os aspectos revelados em relação às cidades brasileiras e os resultados obtidos em trabalho de campo inicial, pensando o papel dos agentes urbanos.

1 - A FAMÍLIA NA GEOGRAFIA

Os esforços teóricos e metodológicos que tensionam o pensamento em torno do que há de geográfico na dimensão familiar, pretendem adicionar mais uma lente analítica a este que já se estabelece como fenômeno de interesse de diversas áreas das ciências sociais. Na Geografia da Ppopulação, o debate sobre a família enquanto objeto e categoria, ainda demonstra ser pouco consolidado, de modo que a tentativa de definição do que convém chamar de Geografia da Família perpassa a busca por conceitos e temas que abordam as relações familiares e toda a sua complexidade.

Também a partir da gestão do cotidiano, as relações familiares são fundamentais para a formação de projetos de vida (PRED, 1981). Ações individuais da trajetória diária e de vida são pensadas em conformidade com as atividades familiares e, num contexto mais amplo, participam de um projeto de sociedade. Por outro lado, transformações na sociedade também transformam projetos que se formam nesse contexto familiar e nesse cotidiano. Retomando Staszack (2001), há ainda uma crítica ao desinteresse pela vida cotidiana por parte dos geógrafos, deixando esse campo como um domínio de sociólogos e etnólogos:

O respeito pelas barreiras disciplinares não explica tudo. Talvez seja também porque o geógrafo (mais do que a geógrafa, voltaremos a isso) está convencido de que nada de interessante está acontecendo, ele se afasta do espaço doméstico. A vida cotidiana e familiar parece banal. A geografia ocupa fenômenos espaciais de outra forma importantes, organização de estruturas de produção que de conflitos geopolíticos do

espaço urbano etc. A trivialidade do espaço doméstico reside no fato de que todos o conhecemos, mas é também a contrapartida de uma valorização das macroestruturas. A visão da sociedade entre os geógrafos é muitas vezes holística, razão pela qual eles trabalham mais prontamente em grupos de comunidades de classes etc. que são percebidos como as realidades atuantes, os atores reais. As escolhas e os comportamentos individuais contam pouco na medida em que obedecem de fato aos neopositivistas das regras universais (aquelas que regem o *homo economicus*) aos marxistas das estruturas de produção segundo outras determinações históricas e culturais (2001, p. 356).

Como uma unidade de análise do espaço doméstico, o domicílio aparece como uma categoria da perspectiva demográfica no qual as composições familiares são tipificadas na formação de arranjos domiciliares. Nessa perspectiva, esses arranjos podem assumir as seguintes configurações: a) unipessoal ou individual; b) casal com filhos (ou nuclear); c) casal sem filhos; d) monoparental; e) estendido (APARÍCIO; FARIAS, 2019) levando em consideração os seguintes aspectos: conjugalidade ou monoparentalidade, isolamento ou ampliação, presença ou ausência de filhos (APARÍCIO, 2018; BILAC, 2003). O compartilhamento de funções domésticas (BENDER, 1967) é ainda um elemento que participa da delimitação das relações de um arranjo domiciliar e uma característica muito presente no contexto das famílias brasileiras. No caso dessas famílias, o que se observa na maioria dos casos de domicílios com mais de uma família, pode ser entendido na realidade como uma única família ampliada e de uma estrutura mais complexa. A ampliação familiar no contexto de vulnerabilidade social configura uma estratégia de manutenção do grupo e enfrentamento a situações de riscos sociais. (BILAC, 2003).

Embora os esforços para mensurar e categorizar arranjos domiciliares sejam importantes, sobretudo no ponto de vista de desenvolvimento de dados quantitativos para pesquisas domiciliares (APARÍCIO, 2018) que visam aferir as condições e as necessidades das famílias, como as necessidades habitacionais, elas não compreendem as unidades aparentadas (BILAC, 2003), um contexto familiar que está além do domicílio e que também produz camadas importantes para pensar outras espacialidades da família.

Na perspectiva de sistema familiar como um processo, Moreira (2015) discorre sobre dinâmicas familiares e condições de vulnerabilidades que extrapolam a unidade residencial e que são marcadas por movimentos que, por vezes, as posicionam “entre” (entre deslocamentos e estabelecimentos espaciais e de status; entre presenças e ausências de membros e coisas) e que, nesse sentido, a objetividade das chamadas categorias residenciais não dão conta de

assimilar. Para a autora, a Geografia da Família deve compreendê-la como “um produto de múltiplas conexões (materiais e imateriais), como um nó de relações espaciais (...) que se projetam para fora, isto é, para além da suposta coesão da unidade doméstica” e por fim como um conceito geográfico que “‘regionaliza’ um espaço íntimo, conecta e articula diversas unidades residenciais, e desenha uma malha complexa e cambiante de relações e vínculos sociais” (2015, p.119)

Portanto, embora o espaço doméstico seja um referencial nas análises sobre a família, há um conjunto de questões que se dão para além dele. Nas considerações sobre a gestão do cotidiano, importa pensar sobre a família e a produção de outros espaços de vida. Marandola Jr. (2014), ao estabelecer uma relação entre mobilidade e vulnerabilidade nas aglomerações urbanas, discorre sobre o conceito de espaço de vida enquanto uma dimensão qualitativa da experiência na metrópole. Experiência subjetiva, singular mas inserida em aspectos circunstanciais ligados ao lugar e aos círculos coletivos que o sujeito está inserido:

o estudo dos espaços de vida faz sentido enquanto manifestação de processos diferentes que expressam narrativas que transgridem a individualidade (mantendo o valor da particularidade), revelando elementos essenciais para pensar como se desenham padrões de mobilidade e os mecanismos de proteção e risco que concorrem na delimitação da vulnerabilidade de populações e seus lugares. (2014, p. 109)

A manutenção dos espaços de vida é uma condição que configura a mobilidade residencial e a distingue de outras. Pensando o contexto familiar como um elemento do espaço de vida, Mulder (2017) trata a concepção de família como capital específico da localização (*location specific capital*), responsável por estabelecer a ligação entre pessoa e lugar. A família é colocada numa leitura de provisão de bem-estar, como recurso (como a passagem intergeracional da habitação) e também na construção de redes de solidariedade que consideram necessidades que se formam a partir do contexto de desigualdade social, prestação de cuidados e segregação. De acordo com Mulder, a influência desse contexto familiar, pode ser responsável pela situação de inércia residencial, caracterizada pela baixa probabilidade de deslocamento de longas distâncias e uma baixa mobilidade de famílias em relação aos solteiros - ao mesmo tempo em que a necessidade de estar próximo pode promover a mobilidade.

Compreendendo que a estrutura familiar é limitada no tempo (BILAC, 2003), a literatura aponta ainda que a abordagem sobre o ciclo de vida familiar traz importantes elementos para pensar um conjunto de demandas e constrangimentos que são apresentados em

diferentes momentos da vida familiar e que impactam diretamente aspectos do viver cotidianamente; dentre esses aspectos, a mobilidade residencial, uma vez que a decisão de se mudar pode ser mais ou menos favorável de acordo com etapas e eventos que constituem o ciclo de vida familiar (DOTA; APARÍCIO, 2021; APARÍCIO; FARIAS, 2019) Essa abordagem reúne, ainda, a dimensão do curso de vida, uma escala individual da passagem do tempo e uma outra camada de necessidades que complementam ou conflitam com a vida familiar (WALL et al, 2013; BONNEY et al, 1999) . Num geral, as taxas de mobilidade residencial são menores para os casais sem filhos ou em estágio já consolidado (quando os filhos saem de casa), de modo que o nascimento surge como um evento que aumenta as chances de mudança.

No entanto, o curso de vida e o ciclo de vida familiar, supõe um sequenciamento quase linear de eventos que em contextos mais complexos, como no caso de famílias pobres, não se apresentam da mesma forma. Para compreender essas transformações, interessa complementar essa abordagem por meio da análise de trajetórias familiares, em uma dimensão qualitativa, pensando a perspectiva da família como um processo dinâmico, submetido não somente por demandas do ciclo de vida, mas também por outros movimentos e elementos estruturais e subjetivos que geram rupturas, extensões e rearranjos, que transcendem temporalidades e espacialidades demarcadas.

No contexto das regiões metropolitanas, a espacialização da família congrega para além das demandas que são compreendidas no âmbito da composição familiar, por meio de fatores como renda, estruturas de gênero, idade e ciclo de vida familiar (DOTA; APARÍCIO, 2021) outros aspectos que são de ordem da produção do espaço intrametropolitano.

2 - CIDADE, FAMÍLIA E VULNERABILIDADE

Sob outro lado, ascende a discussão da mobilidade – residencial intrametropolitana e/ou deslocamento pendular – e a formação e consolidação das famílias nas regiões metropolitanas na ótica da vulnerabilidade. Bilac (2003) enfatiza que a questão de risco e vulnerabilidade se transforma conforme a reprodução das relações sociais e como as impressões subjetivas do ser vulnerável são relativas às condições e aspectos imbricados no fazer-viver das famílias.

A vulnerabilidade na cidade em relação às famílias se produz a partir de um referencial teórico dos riscos e vulnerabilidades sociais engendrados por uma série de variáveis, dentre eles: capital humano e social, políticas públicas, composição das famílias e transformação das relações de trabalho. Ainda, essas variáveis foram pensadas a partir de um modelo que não considera, por exemplo, as especificidades de uma país como o Brasil, cujas relações familiares são plurais e a periferização se situa em outras esferas conceituais de variáveis.

Um dos aspectos que mais se tensiona o que chamaremos aqui de práticas e discursos da vulnerabilidade está na relação entre famílias e monoparentalidade no país e além, famílias de mães solteiras que convivem com avós e netas (os). Ainda conforme Bilac:

famílias reais não são organismos absolutamente funcionais, formados por papéis de sexo e de geração complementares que se combinam harmonicamente para garantir que o todo (a família) persista. Famílias reais são configurações complexas de relações de gênero e de geração, envolvendo poder, interesses pessoais opostos e também, mas não apenas, grande dose de solidariedade, expressa em obrigações e direitos recíprocos, porém nem sempre simétricos e na mesma quantidade. Alguns membros terão mais direitos e outros mais obrigações, e nesta distribuição está contida uma distribuição de poder. As relações de interdependência entre seus membros conformam, portanto, relações contraditórias com uma imensa carga conflitiva, as quais, ao mesmo tempo em que oferecem proteção e cuidados, são também potencialmente violentas (BILAC: 2003, p. 57).

Em trabalho de campo que discutiremos adiante, ao perguntarmos para uma das lideranças locais da localidade pesquisada sobre a composição das famílias, a mesma enfatizou a existência de uma “diluição familiar”, corporificada na ausência dos homens nas famílias e na maior precariedade, desemprego e informalidade das mulheres. Existem algumas considerações importantes nessa fala.

O discurso dessa diluição se alinha ao de vulnerabilidade distante à realidade brasileira, a começar pela relação entre mobilidade e renda. Green Canny e Angela (2003) ressaltam em artigo o ponto de vista dos trabalhadores que migram à revelia muitas vezes de sua intenção, mas também apontam que a mobilidade de mulheres e homens a partir do viés profissional tem um descompasso: enquanto as mulheres optam por deslocamentos empresariais no início de suas carreiras, os homens o fazem o contrário, já quando suas carreiras estão consolidadas. Os autores produzem vários questionamentos pelos resultados das entrevistas, como rupturas familiares, opção por ter um ou mais filhos e em como esses deslocamentos afetam as relações sociais entre cada integrante, e de forma distinta também para homens e mulheres.

Os deslocamentos diários e na trajetória de vida das mulheres e homens se estabelecem por muitas implicações sociais e, principalmente, socioespaciais urbanas. Para Lefebvre (2009)

urbano é parte intrínseca do ser e do produzir na cidade. Contradições e desigualdades (in)completam a cidade com as formas e gestos do conflito inerente de seus sujeitos.

3 - SEGREGAÇÃO INTRAMETROPOLITANA

Segundo Kaplan e Woodhouse (2005), a Geografia como campo disciplinar está a muito tempo preocupada com as questões que envolve a segregação, levando em consideração que se trata de um fenômeno ao mesmo tempo social e espacial, indissociavelmente, ou seja, um princípio fundamental do pensamento geográfico. No entanto, apesar de reconhecer a questão das diferenciações geográficas ou espaciais como este fundamento e apesar de reconhecer as contradições existentes no espaço urbano de diferentes cidades, distintas são as formas de entendimento e análise ao longo do tempo, seja diretamente realizada pela Geografia, mas também por outros campos disciplinares que nos ajudam a pensar sobre tal fenômeno.

Neste sentido, antes de problematizar sobre um breve percurso das análises a respeito da segregação socioespacial é preciso apontar e reconhecer que não estamos diante de um fenômeno que opera exatamente da mesma forma em diferentes países, regiões e cidades, incluindo, inclusive, o caso das áreas metropolitanas brasileiras. Assim, se faz necessário refletir a partir de um entendimento contingencial e escalar, reconhecendo desde os processos de formação histórica e territorial, incluindo as regionalizações, mas também, em relação as questões de renda, classe, étnico-racial, nacionalidade, gênero, sexualidade, status social entre outras que participem deste processo.

De algum modo, a segregação sempre está associada a um problema, e segundo Kaplan e Douzet (2011) pesquisadores acadêmicos e formuladores de políticas públicas apontam que a cidade segregada opera de modo bastante distinto de uma cidade homogênea – ainda que esta classificação talvez esteja em um campo mais abstrato ou seja resultado de medições estabelecidas por índices – pela separação de grupos pela cidade.

No entanto, uma marca bastante significativa nos estudos sobre segregação socioespacial é uma forte tendência em analisar grupos pobres e vulneráveis no espaço urbano e sendo assim, considerado como uma expressão de injustiça socioespacial urbana (LEHMAN-FRISH, 2009). No entanto, a segregação como um fenômeno socioespacial é um fenômeno, um processo e um estado muito mais complexo, pois aborda desde processos históricos de segregação impostas, inclusive por meio de leis, cabe lembrar das questões coloniais brutais

estabelecidas na circulação das cidades na América Latina, passando pelos guetos judeus na Europa que atravessaram séculos, mas também de políticas de segregação racial e seus impactos espaciais nos Estados Unidos da América e o *apartheid* na África do Sul que persistiram até o século XX. Por outro lado, novos movimentos de autosegregação em subúrbios e condomínios fechados “*gated communities*” são expressões cada vez mais presentes nos espaços urbanos das grandes e médias cidades, incluindo no Brasil. Assim, enquanto a segregação se constitui como uma escolha para alguns, para outros é simplesmente uma impossibilidade.

Deste modo, um primeiro movimento importante para pensar a história da segregação socioespacial e o modo de compreensão da mesma é por meio da *Escola de Chicago* ou *Escola de Ecologia Humana de Chicago*. Segundo Becker (1996) a expressão cunhada como uma *escola* foi muito mais um processo de construção externa e uma consequência dos impactos gerados pelas investigações realizadas que propriamente uma matriz de pensamento unificado.

De fato, dezenas de investigações científicas tendo a cidade de Chicago como recorte espacial de análise priorizaram questões acerca de contradições e conflitos em torno de uma lógica de localização e habitação de diferentes grupos no espaço urbano. Ainda que marcados por uma perspectiva da ecologia – resultando em inúmeras e profundas crises, suas análises por meio de caracterização descritiva, processos de “guetificação” e favelização “*slums*” de diferentes migrantes (italianos, chineses, poloneses, alemães) e da população negra e todo o processo migratório e de mudanças estruturais econômicas, políticas e sociais da virada do século XIX para o século XX e seus impactos na urbanização. Destacam-se por exemplo, alguns trabalhos diretamente relacionados com a segregação: *The Ghetto*, de Louis Wirth (1928); *The Gold Coast and the Slum: A Sociological Study of Chicago's Near North Side*, de Harvey Zorbaugh (1929) e *The Negro Family in Chicago*, de Franklin Frazier (1932). Assim, desde a utilização de dados censitários, passando por fontes documentais e periódicos, até entrevistas com lideranças populações locais e produções cartográficas, a Escola de Chicago estabeleceu um campo extremamente rico de investigação e uma abertura futura dentro deste campo de análise nos estudos urbanos.

Um segundo momento de extrema importância para análise da segregação socioespacial, possuindo um grande alinhamento com parte da Geografia vigente – especialmente a perspectiva marxista – e crítica da Escola de Chicago emerge a partir da década

de 1960. Henri Lefebvre e as obras *Revolução Urbana* (1972) e *A produção do Espaço* (1974) foram disparadoras de reflexões desta natureza. Talvez a principal obra do período foi *Justiça social e a cidade* (1973), do geógrafo David Harvey, pois não se tratava exatamente de uma reflexão filosófica e abstrata, mas de desdobramentos concretos desde uma perspectiva científica.

A crítica estava diretamente assentada em apontar que não se tratava somente de um “fenômeno natural”, mas como resultado da produção do espaço e das classes dominantes, estas que controlam a produção por meio de três mecanismos: o mercado, mais especificamente, o mercado imobiliário; o Estado e suas tomadas de decisões no território; e a ideologia (VILLAÇA, 2001).

A lógica diferencial participava de modo que o jogo de localizações era determinado pela dinâmica das classes, produzindo intencionalmente uma geografia segregada na cidade, tendo a propriedade como elemento fundamental como mercadoria (CARLOS, 2020), mas também pelo valor do preço do solo e pela lógica de centro-periferia (LOKJINE, 1977).

Manuel Castells (2014, p.203-204). de modo bastante sucinto, elucida tal questão:

La distribución de las residencias en el espacio produce su diferenciación social y especifica el paisaje urbano, ya que las características de las viviendas y de su población fundamentan el tipo y el nivel de los equipamientos y de las consiguientes funciones. La distribución de los lugares de residencia sigue las leyes generales de la distribución de los productos y, por tanto, produce reagrupaciones en función de la capacidad social de los sujetos, o sea, en el sistema capitalista, en función de sus rentas, de su estatuto profesional, del nivel de instrucción, de la tenencia étnica, de la fase del ciclo de vida, etc. Se hablará, por tanto, de una estratificación urbana correspondiente a un sistema de estratificación social (o sistema de distribución de los productos entre los individuos y los grupos), y en el caso en que la distancia social tiene una fuerte expresión espacial, de segregación urbana. En un primer sentido se entenderá por segregación urbana la tendencia a la organización del espacio en zonas de fuerte homogeneidad social interna y de fuerte disparidad social entre ellas, entendiéndose esta disparidad no sólo en términos de diferencia, sino de jerarquía.

Uma terceira perspectiva de análise da segregação socioespacial e que buscava em seus discursos tentar ausentar-se de questões mais morais e ideológicas – ainda que reconheçamos tal possibilidade – se constitui por meio dos mensuradores. Este movimento surgido pós Segunda Guerra Mundial, orientado por uma reconfiguração do pensamento sobre as ciências sociais, buscou estabelecer uma dimensão funcional, objetiva, pragmática e positivista sobre o campo científico. Quantificar a segregação passou a ser uma forma de compreender para além de um processo descritivo em uma microescala de bairro como faziam aqueles da Escola de

Chicago ou, às vezes, como uma espécie de “Geografia da Denúncia” estabelecida pelos marxistas.

Desta forma, quantificar e analisar a segregação socioespacial nas cidades passou a ser um esforço, sobretudo, diante da necessidade de construção de políticas territoriais que alcançasse resultados socialmente mais justos. No entanto, estes esforços não estiveram fora de controversas (ATKINSON; McGARRGLE, 2009), apesar das refinadas descrições, representações, medições e projeções que poderiam influenciar nas tomadas de decisões.

Deste modo, diferentes índices foram propostos na tentativa de compreender como e onde os grupos estavam distribuídos nas cidades e quais tendências e padrões se expressava a segregação socioespacial. Assim, desde processos de igualdade, exposição, concentração, centralização e agrupamento estiveram presentes nestas proposições (MASSEY e DENTON, 1988). De fato, a autocorrelação espacial se constituiu como uma questão central e tais índices, sejam globais e locais cumpriam uma função fundamental para o entendimento de tal fenômeno.

No entanto, cabe ressaltar que apesar de uma série de avanços ao que se refere ao entendimento do fenômeno, precisamos destacar alguns limites e questões. A primeira delas é pensar que todo este tipo de análise está delineado por meio de categorias dependentes de agências estatais que produzem dados estatísticos (KAPLAN e WOODHOUSE, 2004). A segunda é que muitas vezes se estabelece todo o processo a partir das questões residenciais, ou seja, impossibilitando uma visão mais complexa com base em outras dimensões, como por exemplo da vida cotidiana dos próprios grupos e populações, mesmo reconhecendo o lugar histórico e simbólico que a residência possui social e espacialmente. De fato, como apontam Massey e Denton (1988), a segregação se constitui como um processo espacial multifacetado e não deve ser reduzido a um único índice. Além disso, a dimensão quantitativa possui seus limites e escalas, tendo a questão qualitativa a possibilidade de realizar saltos escalares e acessar informações, como sentimentos e emoções, adversidades e expectativas que nenhum censo ou levantamento é capaz de realizar. Os estudos sobre segregação estão em plena expansão e os diálogos e abordagens intrametropolitanas possibilitarão por certo novas compreensões e formas de entender melhor as nossas cidades.

4 - FAMÍLIA, MOBILIDADE E VULNERABILIDADE: ASPECTOS DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

Sobre segregação, vulnerabilidade e a mobilidade das famílias na escala metropolitana, temos considerações a partir do trabalho de campo do projeto “Dinâmica demográfica familiar e padrão migratório no Brasil: transformações desde os anos 1990”, no bairro Central Carapina, na periferia do município de Serra, na região metropolitana da Grande Vitória (ES).

O objetivo deste trabalho de campo foi analisar a relação entre mobilidade residencial intrametropolitana e a vulnerabilidade nas regiões metropolitanas brasileiras. Os resultados parciais da pesquisa já nos revelam características importantes das contradições da cidade na produção do urbano-capital financeiro, a expulsão e periferação das famílias, aumentando os deslocamentos pendulares e reforçando as vulnerabilidades sociais.

Este trabalho de campo foi considerado um primeiro passo para a pesquisa que ainda está iniciando suas atividades. A ideia inicial é obter informações relevantes para eleger localidades com uma população mais jovem e que tenha majoritariamente em sua composição casais com filhos e mães solteiras – famílias monoparentais, que estejam em situação de vulnerabilidade maior, no sentido dos deslocamentos, sobretudo pelos indicadores sociais de periferação e empregabilidade.

De algum modo, com base em novos significados do “direito à cidade”, analisar, descobrir e compreender como exatamente se materializa a segregação socioespacial nas cidades pode possibilitar uma série de medidas e intervenções para sua mitigação e resolução deste problema no espaço urbano.

Conforme Preston, McLaffert e Hamilton (1993), nos Estados Unidos há uma relação intrínseca entre vulnerabilidade, raça e gênero nos deslocamentos urbanos e principalmente na escolha de localidades mais periféricas para moradia. No Brasil essas especificidades ficam mais plurais quando essas vulnerabilidades no discurso produzem novas configurações.

As perguntas direcionadas aos 26 entrevistados se baseiam numa questão maior: quais as implicações da mobilidade intrametropolitana no espaço – e geografia – das famílias brasileiras? As questões, portanto, revelam o quanto as dinâmicas urbanas via agenciamentos urbanos muitas vezes ditam as espacialidades familiares, sob a luz da periferação e

principalmente afetam a qualidade de vida das relações sociais e subjetivas. Isso já fica claro ao verificarmos a renda financeira dos entrevistados em Central Carapina.

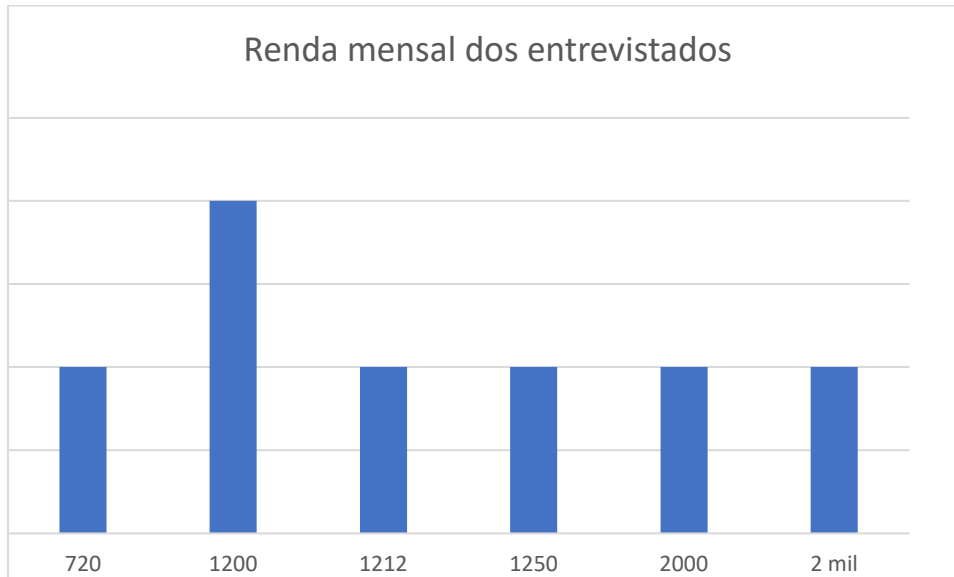


GRÁFICO 1: Renda mensal dos entrevistados
FONTE: Trabalho de Campo em 07/05/2022.

Ao analisarmos a renda dos entrevistados e a formalização do trabalho, notamos uma menor formalização e a renda estando, em média, a um salário mínimo. Paralelo à renda, a escolaridade revela aspectos da periferização e vulnerabilidade além da questão de posicioná-los como vítimas ou algoz do espaço em que se situam. Boa parte dos entrevistados não completou o ensino fundamental ou não é alfabetizado. Como já é possível observar, segregação e as práticas e discursos da vulnerabilidade são ligadas às dinâmicas da cidade.

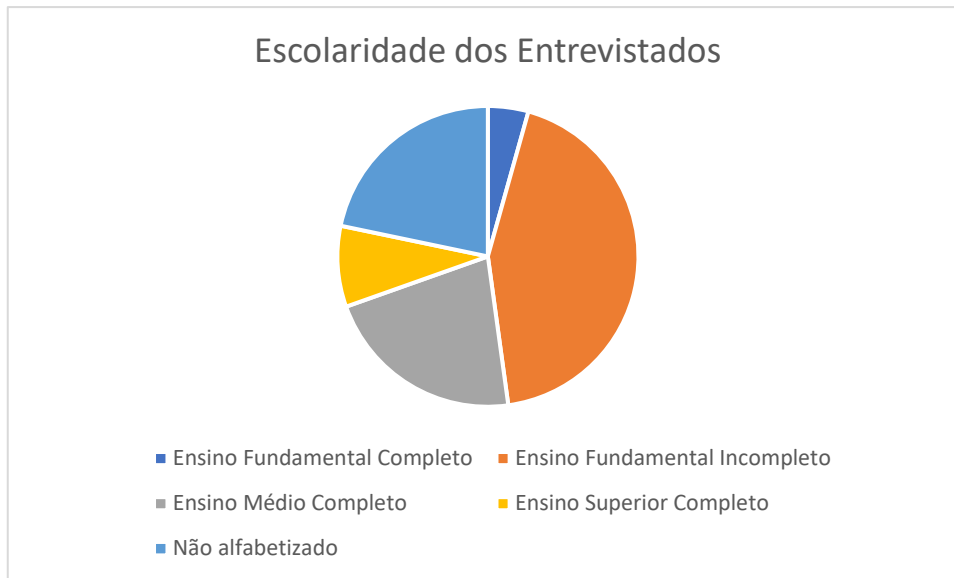


GRÁFICO 2: Escolaridade dos entrevistados
FONTE: Trabalho de Campo em 07/05/2022.

A representação da periferia como práxis e conceito ligado à vulnerabilidade enquanto discurso superficializa duas discussões importantes: a convivência do poder público nessas relações, e o conflito gerado entre o Estado e a sociedade local. Assim como o próprio discurso do Estado, na preocupação excessiva em mitigar conflitos em possibilidades claramente paliativas, que não aprofundam a inserção de consciência política.

A partir dessa reflexão, pensamos que o cerne não é a crítica ao planejamento urbano e aos conflitos da cidade, mas a forma de como o conflito alimenta as contradições de uma sociedade desigual. A cidade “globalizada” é hoje uma discussão desprezível em relação à nossa realidade, e, portanto, é um discurso conveniente atualmente para interesses financeiros e especulativos que toleram a possibilidade do diverso somente para usufruir arbitrariamente. O Estado, participante desse paradigma de “planejamento gerenciado”, incorpora feições desse estado de exceção, a partir de uma lei que tolera a violência nos mandos e desmandos do próprio poder executivo, e em casos extremos, age sem qualquer moralidade em detrimento de interesses exclusivistas.

Estado, aliado às políticas de planejamento, naquilo que Souza entende que articula a ideia de gestão urbana sob uma visão de cima e de sobrevoo (SOUZA: 2007) e mercado, intensificando a segregação via especulação imobiliária urbana interferem, pode-se dizer, diretamente na dinâmica familiar do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou analisar as relações familiares e os sentidos de vulnerabilidade no espaço intrametropolitano brasileiro, entendendo a pluralidade e os desafios teóricos que se lançam nessa perspectiva e as limitações na perspectiva de família e geografia, assim como segregação e vulnerabilidade relacionadas à análise espacial.

Nesse sentido, a reprodução das práticas de vulnerabilidade reitera a segregação espacial quando distanciam cada vez mais grupos sociais marginalizados dos centros – de decisão, de poder e principalmente de trabalho – e produzem outras dinâmicas familiares via aumento dos deslocamentos pendulares – e, portanto, diminuição do tempo para atividades que não as de trabalho; intensificam as discrepâncias sociais entre homens e mulheres e corroboram os números de renda e escolaridade nas periferias.

A cidade não é, assim, feita somente para e pelo capital, ela se perfaz no momento em que sociedade e construção se ajeitam, se relacionam em um encontro de muita resistência e de muita insurgência também. Construir a cidade é também a produzir em todos os seus aspectos, é também compreendê-la em todas as suas tessituras. Há relações plurais dentro de contextos de urbanização e urbanidade envolvidos em relações espaciais peculiares em cada continente, país, etc. Nesse aspecto, discursos e práticas de vulnerabilidade entram em contradição, ainda mais se desdobrar as tecituras das relações familiares.

A ideia apregoada é que a segregação impacta a vida na cidade, dificultando ou impedindo os processos de interação entre os diferentes grupos, além de materialmente, o conjunto de equipamentos, serviços e infraestruturas estarem distribuídas de maneira desigual no próprio espaço urbano.

Assim, não se trata somente de reconhecer que as experiências urbanas são distintas, mas que o processo de segregação socioespacial pode gerar impactos negativos nas lógicas cotidianas e nas próprias perspectivas de futuro sobre cada um dos cidadãos.

Cidadanias se fazem e perfazem no conflito e na contradição. Produzem estratégias mais complexas que a simples noção de sobrevivência, pois remetem a lutas por espaços de cidade, e se recortam no cotidiano encarnado pelas dialéticas do ser e estar na cidade. O migrante, portanto, se insere na constituição de um sujeito dentro da cidade, e corrobora a sua produção

autônoma. É um sujeito social, dotado de sentidos e experiências que o faz integrante da cidade construída por si e para si.

REFERÊNCIAS

APARÍCIO, Cimar Alejandro Prieto. Notas sobre a operacionalização dos conceitos de família e domicílio na PNAD e na PCV / Cimar Alejandro Prieto Aparicio. – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” / Unicamp, 2018.

APARICIO, Cimar Alejandro Prieto; DE FARIAS, Luiz Antonio Chaves. A Geografia das famílias nas metrópoles brasileiras nos anos 2000. Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMP_{URB}, v. 1, p. 450-466, 2019.

ATKINSON, Rowland; McGARRGLE. Urban segregation. 2009. In: International Encyclopedia of Human Geography, edited by KITCHIN, Rob; THRIT, Nigel. 76-80. Amsterdam: Elsevier. 14, No. 3, 1993. Pp. 228-250.

BILAC, E. D. Gênero, arranjos domésticos e (In) satisfação de necessidades básicas. Campinas: Nepo/Unicamp, jul.2002.

BILAC, Elizabeth D. Estruturas familiares e padrões de residência. Campinas: Nepo/Unicamp, 2003.

BONNEY, Norman; MCCLEERY, Alison; FORSTER, Emma. Migration, marriage and the life course: commitment and residential mobility. Migration and Gender in the Developed World. London: Routledge, p. 112-121, 1999.

CARLOS, Ana Fani. Segregação socioespacial e o “direito à cidade”. Geosp – Espaço e Tempo (On-line), v. 24, n. 3, p. 412-424, dez. 2020.

CASTELLS, M. (2014) La cuestión urbana . Siglo XXI, Editores S.A. México. Ed. Original 1974

FRAZIER, The Negro Family in Chicago. Chicago, University of Chicago Press, 1932.294 p.

GREEN, Anne E.; CANNY, Angela. Geographical mobility: Family impacts. Great Britain (UK). The policy Press, 2003.

GUTIÉRREZ, Capulín, Reynaldo, Díaz Otero, Karen Yamile, Román Reyes, Rosa Patricia El concepto de familia en México: una revisión desde la mirada antropológica y demográfica.

CIENCIA ergo-sum, Revista Científica Multidisciplinaria de Prospectiva [en línea]. 2016, 23(3), 219-228

HARVEY, D. (1982) Urbanismo y desigualdad social Siglo XXI de España. Ed. original 1973

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2006. _____. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. Espaço e debates nº 2. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 1982.

KAPLAN, David, WOODHOUSE, Kathleen (2004) Research in Ethnic Segregation I: Causal Factors, Urban Geography, 25:6, 579-585, DOI:10.2747/0272-3638.25.6.579

KAPLAN, David, WOODHOUSE, Kathleen (2005) research in ethnic segregation ii: measurements, categories and meanings, urban geography, 26:8, 737-745, doi: 10.2747/0272-3638.26.8.737

KAPLAN, David; DOUZET, Frederick (2011) Research In Ethnic Segregation III: Segregation Outcomes, Urban Geography, 32:4, 589-605, DOI: 10.2747/0272-3638.32.4.589

LEFEBVRE, H. 1972. La revolución urbana, , Alianza Editorial, Madrid, Edic. original 1970.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2009

LOJKINE, J (1986). El marxismo, el estado y la cuestión urbana. 3º edición. Siglo Veintiuno Editores. México. Original 1977.

MASSEY, Douglas, DENTON, Nancy, 1988. The dimensions of residential segregation. Social Forces, 67 (2), 281–315. doi:10.1093/sf/67.2.281

MARANDOLA JR., E. (2014). Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana. In: Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo / José Marcos Pinto da Cunha (Org.). - Campinas: Núcleo de Estudos de População- Nepo/Unicamp; 2011. 184p

MOREIRA, Marianna Fernandes. Mulheres sem-teto e a geografia da família: relações interdomésticas, gênero e reciprocidade. Espaço e Cultura, n. 38, p. 85-122, 2015.

MULDER, C. H. (2007). The family context and residential choice: A challenge for new research. Population, Space and Place, 13(4), 265–278.

PERLMAN, Janice. O mito da marginalidade. Favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRESTON, Valerie; MCLAFFERT, Sara; HAMILTON, Ellen. The impact of family status on black, white, and hispanic women's commuting, In: Urban Geography, Vol. 14, No. 3, 1993. Pp. 228-250.

- PRED, Allan. "Production, family, and free-time projects: A time-geographic perspective on the individual and societal change in nineteenth-century US cities." *Journal of Historical Geography* 7.1 (1981): 3-36.
- SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem simbólica. *Psicologia usp*, v. 15, p. 11-28, 2004.
- SABATINI, F. (2003). La segregación social del espacio urbano en las ciudades de América Latina. Documentos del Instituto de Estudios Urbanos, Serie Azul, 35- Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile.
- SANTOS, M., 1982. A urbanização desigual. A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Ed. VOZES, Petropolis, 124 p.
- VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. Sao Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute. 2001.
- WALL, K., Aboim, S., Ramos, V. and Nunes, C. 2013. Geographical Mobility and Family Life: Comparing Generations from a Life Course Perspective. *Comparative Population Studies*. 38, 2 (Jun. 2013).
- WIRTH, Louis. *The Ghetto*. Chicago, University of Chicago Press, 1928.
- ZORBAUGH, Harvey W. *The Gold Coast and the Slum: A Sociological Study of Chicago's Near North Side*. Chicago, University of Chicago Press, 1929, 288 p.